



ANPUH-PE

VI Encontro Estadual de História.

Recife - 01 a 04 de novembro de 2006 – UFRPE



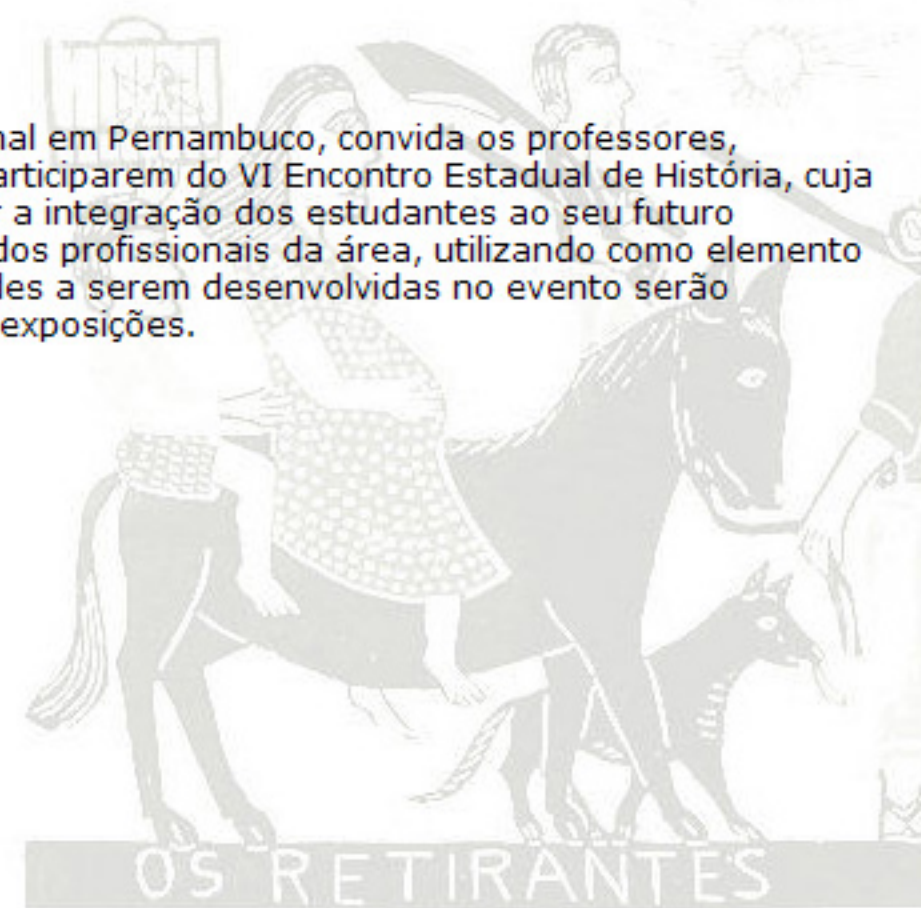
Início
Programação
Simpósios
Temáticos
Anais Eletrônicos
Organização

REALIZAÇÃO:
ANPUH Nacional
ANPUH - PE
UFRPE UFPE
UNICAP UPE
DA de História da UFRPE
DA de História da UFPE
GEHISC – Grupo de Estudo de
História Social e Cultural
Revista História Viva
Revista Nossa História

PATROCÍNIO:
Livraria Poty

HISTÓRIA: CULTURA E SOCIEDADE.

A Associação Nacional de História – ANPUH, através de seu Núcleo Regional em Pernambuco, convida os professores, pesquisadores e estudantes vinculados à sua área de conhecimento a participarem do VI Encontro Estadual de História, cuja temática será História, Sociedade e Cultura. Este evento visa oportunizar a integração dos estudantes ao seu futuro ambiente profissional bem como o intercâmbio e a educação continuada dos profissionais da área, utilizando como elemento catalisador a relação entre a história, a sociedade e a cultura. As atividades a serem desenvolvidas no evento serão organizadas em conferências, simpósios temáticos, mini-cursos, fóruns e exposições.



ORGANIZAÇÃO:

Comissão Científica:

Paulo Donizéti Siepierski (UFRPE)
Isabel Guillen (UFPE)
Noemia Maria Q. P. da Luz (UFPE)
Angela Grillo (UFRPE)
Lúcia Falcão (UFRPE)
Valeria Gomes Costa (UFRPE)
Edson Silva (Cap/UFPE)
Humberto da Silva Miranda (UFRPE)
Manuela Arruda dos Santos (UFRPE)
Gian Carlo de Melo Silva (UFRPE)

Comissão Organizadora:

Paulo Donizéti Siepierski
Isabel Guillen
Noemia Maria Q. P. da Luz
Angela Grillo
Lúcia Falcão
Valeria Gomes Costa
Edson Silva
Raquel Muniz
Humberto da Silva Miranda
José Bezerra de Brito Neto
Fabiana de Araújo Tinto
Carlos Henrique Dias
Manuela Arruda dos Santos
Alexandre Bittencourt Leite Marques
Carlos Bittencourt Leite Marques
Lídia Rafaela Nascimento dos Santos
Gian Carlo de Melo Silva
Rafaelle Cristine Custodia da Silva
Rita de Cássia Gomes da Silva

MONITORES:

Alexsandro Ribeiro do Nascimento, Aline Maria Lima de Souza, Angélica Pignata de Moraes, Bruno Marcio, Cíntia Maria da Silva, Clarice Izabela Alves Gomes, Creso Nuno, Daniella Melo Santos, Daniely Fernandes, Dayvison Freitas, Diogo Mota, Drailton Tavares dos Santos Bezerra, Elaine Patrícia de Oliveira, Elizabet Soares de Souza, Emanuelle Lins, Erick De Souza Silva, Gabriela Leão, Gabrielle Barbosa, Grasiela Florêncio de Moraes, Gustavo Augusto, Helder Remígio de Amorim, Hugo Augusto, Hugo Coelho Vieira, Isolda Elen, Jaqueline, Juliana Rodrigues, Juliane de Lima Barros, Juliane Vasconcelos, Luise Sarmento, Marcos Eustáquio, Natalia Zerpa, Nilson José da Silva, Onézia Lima, Paulo Henrique, Rita de Cássia, Rodrigo Adriano Farias, Sandro Vasconcelos da Silva, Suzaba Rebeca, Vaneska Lima.



A Defesa do Amazonas no Período Pombalino: uma visão arqueológica

Autora: Rúbia Nogueira de Andrade¹
Orientador: Prof. Dr. Marcos Albuquerque²

Desde o início da atividade colonizadora a questão defensiva foi um fator de extrema relevância para a manutenção da posse dos territórios descobertos pelos lusitanos. A imensidão das terras descobertas na América pelos portugueses e o escasso contingente humano disponível, necessitou de um grande esforço para manter os novos domínios. As constantes negociações acerca dos limites territoriais entre Portugal e Espanha, ocasionou na assinatura do Tratado de Madrid, em 1750. A partir do Tratado de Madrid, juntamente com a ascensão de D. José I e do seu ministro Pombal, a política portuguesa assumiu novos rumos em relação à Amazônia. O principal objetivo dessa política era proteger as fronteiras através da montagem de um sistema defensivo, de povoamento e de colonização da região.

Dessa maneira, a política portuguesa ultramarina voltada para a região amazônica deixou de ser imediatista, passando a uma política planejada que visava estabelecer e consolidar os domínios na parte setentrional da América Portuguesa. Durante o período pombalino foram montadas as grandes linhas da definição territorial e das fronteiras. A decisão da transferência da capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará para Belém foi o primeiro passo para uma presença mais ativa do poder real sobre o Norte, juntamente com a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, para o cargo de governador do Estado. Essas medidas foram tomadas tendo em vista uma atuação mais consistente da Coroa na região do Amazonas.

Ao mesmo tempo em que se intensificavam as campanhas de defesa do extremo sul do Brasil, na região norte empreendeu-se a instalação de uma ousada linha de fortificações.³

A questão da defesa do Amazonas foi planejada a partir de dois eixos: o primeiro diz respeito à questão externa, isto é, a defesa da região das ameaças estrangeiras; o segundo trata da questão interna, da necessidade de manter a população indígena e os próprios colonos sob o controle régio. Assim, a consolidação da posse da região amazônica não se deu, apenas, com a montagem de um sistema defensivo baseado na fortificação do território. Tornou-se necessário conhecer o território, defini-lo e povoá-lo. Apenas dessa maneira a Coroa portuguesa manteria o controle da região.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco e bolsista do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

² Coordenador do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

³ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial(1777-1808)*. 2ª edição, São Paulo: Editora HUCITEC, 1981. p. 137.

Durante o período pombalino (1750-1777) foi reestruturado todo o sistema de fortificações da Amazônia. Foram realizados minuciosos levantamentos sobre a situação dos pontos estratégicos de defesa. Nos locais em que haviam fortificações foram promovidas reformas, e também foram projetadas inúmeras outras. A malha amazônica passou por uma reestruturação de seu sistema defensivo, onde foi promovida a reformulação do complexo de fortificações a fim de montar um verdadeiro “tampão defensivo” na região.

Visando o estabelecimento de uma eficaz estrutura defensiva para a consolidação da posse do território amazônico, durante o período pombalino, é que se pode analisar o caso defensivo da foz setentrional do rio Amazonas. A área que atualmente corresponde ao Estado do Amapá era conhecida, no século XVIII, como as ‘Terras do Cabo Norte’; na qual compreendia as terras costeiras situadas acima da margem norte do rio Amazonas. Região disputada por portugueses, franceses, ingleses e holandeses. Com a intensificação da presença estrangeira na região, principalmente dos franceses vindos da Guiana, a Coroa portuguesa julgou necessário para a defesa da região a construção de fortalezas que fossem necessárias para impedir o acesso de invasores nas suas terras. Assim é que em 1688, foi construída uma fortificação com o nome de Santo Antônio do Macapá.

Em 1751, com a chegada do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado é que se tem início o ciclo de reformas na região. No mesmo ano de sua chegada o novo administrador encarrega o capitão-mor João Batista de Oliveira de formar uma comunidade agrícola na região. A instalação do povoado recebeu grandes atenções do governador e de seus executores. Macapá tornou-se a *menina dos olhos* do governador, que viria a se tornar um modelo do seu projeto de ‘restauração’ da terra amazônica.

No mesmo ano em que começaram as obras em Macapá, chegaram às primeiras expedições trazendo gentes das ilhas (Madeirenses, Açorianos, etc.) para repovoar a região. Os trabalhos de ereção do povoado, no decorrer dos anos, contaram ainda com a ajuda de João da Cruz Pinheiro Diniz e mais tarde com a do sargento-mor engenheiro Tomás Rodrigues da Costa. Em 1758, ainda em construção, a comunidade de Macapá é elevada à categoria de Vila. A construção de Macapá seguiu os moldes da cidade ideal da época, com duas praças centrais, ruas largas, etc. São José de Macapá passou a representar o exemplo ideal do bom gosto em urbanismo; simetria e harmonia de perspectiva eram sinônimos de beleza para a mentalidade setecentista.⁴ Dessa maneira, a vila esbanjava civilidade, de acordo com os

⁴ DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*; [Tradução e revisão, Fernando de Vasconcelos Pinto]; Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997; p. 59.

padrões europeus, e se tornou modelo para as futuras instalações na região. Concretizando as aspirações da Coroa para manutenção da região.

Mas Macapá, não dispunha de uma estrutura de defesa suficiente para impedir a entrada de estrangeiros no rio Amazonas, sendo um fator de preocupação para Mendonça Furtado e seus sucessores no governo. A Fortaleza de Santo Antônio se encontrava em ruínas, e ultrapassada para as construções defensivas da época. No lugar desta antiga guarnição militar foram elaborados vários projetos para a construção da fortaleza que viria a ser denominada São José de Macapá. Esta esperou bastante tempo para sua construção ser iniciada, enquanto se esperava a construção definitiva da fortaleza foram realizadas obras provisórias para guarnecer o Macapá.

Em 1761, o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro, ordenou a construção de uma guarnição militar, na margem direita do rio Curiaú, na confluência com o Amazonas, que passou a ser chamada de Vigia do Curiaú.

Foi construída uma casa para o corpo da guarda e uma guarita, numa distância de 70 braças, isto é, 150 metros da terra firme, em cima de um banco de lodo e areia, ligada à margem por uma ponte. Todo o trabalho foi executado em madeira. Em 31 de julho de 1762, a obra foi concluída.⁵

O objetivo do estabelecimento era vigiar uma parte do Amazonas, que não poderia ser visto do reduto de Macapá. Do local era possível avisar a guarnição de Macapá sobre a aproximação de qualquer navio inimigo.

Dois anos após a construção da Vigia do Curiaú é que tiveram início às obras da Fortaleza São José de Macapá, e só viria a ficar pronta em 1782. Em 1764, durante o governo de Ataíde Teive, é que o projeto definitivo para a Fortaleza foi aprovado. O projeto apresentado foi da autoria do engenheiro italiano Henrique Antônio Galuzzi; este participou da primeira expedição demarcatória durante o governo de Furtado. Ele planejou uma “fortificação regular, de forma quadrada, com baluartes nos ângulos e uma série de obras exteriores: um fosso aquático que cercava a fortaleza a norte e oeste, e diante deste dois revelins ligados ao corpo da praça por pontes; a sul e leste os fossos seriam secos, cobertos por um pequeno revelim a sul e um hornaveque a leste”.⁶ Trata-se de uma fortaleza complexa, do ponto de vista da engenharia militar da época.

⁵ MORAIS, Paulo Dias; ROSÁRIO, Ivoneide Santos do; MORAIS, Jurandir Dias. *O Amapá na mira estrangeira: dos primórdios do lugar ao laudo suíço*. Macapá: JM Editora Gráfica, 2003. p. 24.

⁶ ARAUJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII – Belém, Macapá e Mazagão*. 2ª edição; Porto (Portugal): FAUP Publicações, 1998. p. 190.

A construção da Fortaleza se estendeu por 18 anos, sendo inaugurada em 1782. A Fortaleza constituiu-se em uma das duas maiores do Brasil, junto com o Forte Príncipe da Beira, localizado no atual estado do Mato-Grosso.

A ereção da fortaleza integrava os planos de ampliação das fronteiras da região, definidas, inicialmente, pelo Tratado de Madrid (1750), e posteriormente, pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777). Este último reconhecia e legitimava a posse do território amazônico pretendido pelos portugueses. Com a missão de povoar e defender as Terras do Cabo Norte a qualquer custo, é que Ataíde Teive, resolve fundar uma vila próxima a de Macapá. A vila viria a dar suporte a Macapá, caso a fortaleza fosse atacada.

A defesa está alicerçada não apenas nas obras de engenharia. Requer homens, requer suporte de mantimentos, sobretudo sob a ótica da 'guerra de cerco'. Outras povoações seriam necessárias para dar suporte a Macapá.⁷

Dessa maneira é que, em 1767, o desembargador Feliciano Ramos Nobre Gusmão foi encarregado das obras da Vila Vistosa da Madre de Deus. O local escolhido foi às margens do rio Anauerapucu, que deságua no Amazonas. No ofício de 5 de janeiro de 1773 o governador, João Pereira Caldas, escreve para Martinho de Melo e Castro. Na carta ele descreve a localização de Vila Vistosa e o meio que a mesma utiliza para comunicar-se com Macapá:

Esta povoação fica tão bem vizinha do Macapá, e em menor distância, que a Villa de Mazagão; e pelo que me dizem, talvez possa admitir comunicação por terra com o Macapá, ainda que a interrupção com o Rio Matapî, que sempre se necessitará de barca ou de canoas para se atravessar; achando-se a dita povoação no Rio Anarápecû, e por ele dentro bastantemente, de forma que por esta circunstância, se gasta até ali, por água, dobrado tempo, que para Mazagão se necessita.⁸

Em seis meses foram erguidas 112 casas de madeira em Vila Vistosa e iniciada a construção da igreja. Para povoar a Vila vieram filhos das Ilhas e do reino. Vila Vistosa da Madre de Deus surge para complementar o sistema de defesa e de povoamento da região amazônica.

Em 1769, quando a arregimentação de colonos para a região se tornava cada vez mais difícil, Mendonça Furtado informa ao governador, Ataíde Teive, sobre a decisão régia de transferir a população de Mazagão, última possessão portuguesa no Marrocos, para a região amazônica. Ele sugere o local para a nova Vila que receberia o mesmo nome da possessão do Marrocos. Nova Mazagão, vila fundada em 1770, foi construída obedecendo a uma dupla necessidade da Coroa: defender o território das nações estrangeiras e povoar a região. Nova Mazagão viria a completar o quadro defensivo da foz setentrional do Amazonas. Com a instalação de Mazagão às margens do rio Mutuacá, o sistema defensivo das terras do Cabo

⁷ Arqueologia em Vila Vistosa da Madre de Deus. Artigo disponível em <http://www.magmarqueologia.pro.br/VilaVistosa.htm>, 31/08/2006.

⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5938.

Norte ficaria completo, com a formação de um triângulo defensivo na foz setentrional do Amazonas, de acordo com a vontade da Coroa.

O sistema de defesa foi montado com base na bacia hidrográfica do Amazonas; tanto Vila Vistosa quanto Mazagão foram estabelecidas às margens de rios que deságuam no Amazonas.

Um olhar arqueológico sobre o sistema defensivo do Amazonas

A arqueologia histórica tem como objetivo o estudo do desenvolvimento das novas sociedades que se implantaram em grande parte do mundo, decorrentes de uma nova forma de expansão européia, que teve início a partir do século XV. O estudo dos vestígios materiais, resgatados pela arqueologia, permite uma nova forma de entender as sociedades, abrangendo as diversas classes que compõe as mesmas, não se limitando a visão das elites, responsáveis pela feitura da documentação textual.⁹ Dessa maneira, a arqueologia histórica abre uma nova perspectiva no sentido de entender e explicar uma sociedade, através dos elementos materiais da cultura, produtos de suas atividades e das relações destes elementos entre si e com o seu meio ambiente.¹⁰ Além de fornecer subsídios para abordagens de diversas áreas da ciência, como a história, a antropologia, a biologia, entre outras.

Entre 2003 e 2006, a equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE, apoiada pelo Governo do Estado do Amapá, realizou expedições de reconhecimento na região com o objetivo de localizar unidades funcionais do período colonial no Amapá. Entre essas buscas foram encontradas as ruínas da Vila Nova de Mazagão e da Vila Vistosa da Madre de Deus. Além de realizadas escavações na Fortaleza de São José de Macapá e em Mazagão. Através das intervenções arqueológicas foi possível reconstituir como foi estruturado o sistema defensivo das Terras do Cabo Norte, durante o período pombalino.

O primeiro alvo das intervenções arqueológicas foi à grandiosa Fortaleza São José de Macapá, uma das maiores do Brasil.¹¹ A Fortaleza São José de Macapá constituiu-se em uma complexa obra do ponto de vista da engenharia militar. Possuindo uma rede externa de defesa composta por fosso, revelim, redente e caminho coberto. Apesar das referências expostas nas documentações primárias e secundárias a respeito das obras externas da Fortaleza, partes dessas estruturas desapareceram ao longo dos anos. As escavações arqueológicas no local permitiram a localização das estruturas de defesa externa da Fortaleza. Foi reconstituída a

⁹ LUCENA, Veleda. . *O Forte de Óbidos: uma visão arqueológica*. Recife: 1996. p.05-07.

¹⁰ ALBUQUERQUE, Marcos. *Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração*. CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE. Recife, 1992.

¹¹ Disponível em <http://www.magmarqueologia.pro.br/FortalezaSaoJoseMacapa.htm> , 28/08/2006.

dimensão do fosso que circundava a Fortaleza e o caminho coberto, além de localizado o redente. Também foi possível o resgate de técnicas construtivas utilizadas no período para a ereção da obra de alvenaria na margem alagadiça do rio Amazonas.

Em seguida, foram realizadas escavações no atual município de Mazagão onde foram identificados os vestígios remanescentes da vila Nova de Mazagão, fundada durante o período pombalino na Amazônia. Foram localizados os restos da primitiva igreja e identificados vestígios de outras unidades funcionais que ainda não foram identificadas.¹²

As escavações arqueológicas em Mazagão revelaram a adaptação no projeto da Vila, pois a igreja foi localizada em um local diferente do estabelecido no projeto. Esta unidade funcional foi construída utilizando alvenaria tanto de tijolos como de pedras. Em todas as paredes havia uma estrutura armada de madeira. Na documentação textual existem vários pedidos de materiais para a construção da vila. A utilização de parte de tijolos e parte de pedra das paredes da igreja mostra a adaptabilidade dos construtores em situações de escassez de material. Como também a argamassa utilizada ser ora de cal, que era o material ideal, ora de barro, que era utilizado em situações de escassez de material, reforçam a afirmação.

Outro aspecto relevante na ereção da igreja percebida tanto na documentação textual como na material, foi o tipo de sistema construtivo utilizado para o levantamento das paredes; processo este que se baseava na introdução de longas estacas de madeira de Acapú, nos alicerces da construção, de forma sequencial, havendo entre as estacas intervalos regulares que foram preenchidos com pedras. Dessa forma foram erguidas as paredes da igreja. Também percebemos a utilização desta técnica construtiva nas ruínas da igreja de Vila Vistosa da Madre de Deus, cidade que juntamente com Mazagão complementava o sistema defensivo de apoio a Fortaleza São José de Macapá.

No documento referente à Vila Vistosa da Madre de Deus, datado de 13 de dezembro de 1772, relata a técnica construtiva ideal para a ereção da igreja:

A Igreja está por terra, servindo de Matriz uma casa com paredes de palha, tão indecente que os Prelados não consentem que nela se exponha o Senhor. A mesma [havendo-o] Vossa Excelência por bem se podia fazer de madeira de Acapú com intervalos de pedra, que se acha junta, e supoto que miúda é suficiente para a dita obra, ou de taipa de pilão pois é a terra durável para esta obra.¹³

As intervenções arqueológicas comprovaram o emprego desta técnica construtiva, que foi bastante utilizada no período pombalino.

¹² *Arqueologia de Mazagão Velho*, p. 2. Artigo disponível em www.magmarqueologia.pro.br; 28/08/2006.

¹³ AHU_ACL_CU_013, Cx.69, D. 5938.

Em relação às ruínas da Vila Vistosa da Madre de Deus foram localizadas pela equipe do Laboratório de Arqueologia. No local ainda não foram realizadas escavações, mas foi efetuada a supressão da vegetação arbórea para evitar a danificação das estruturas localizadas.

As intervenções arqueológicas possibilitaram o resgate do sistema defensivo e de povoamento da região, colaborando para a preservação desses patrimônios históricos que são de fundamental importância para a história do Amapá. Além disso, os achados elevaram o potencial turístico da região do Amapá.

Toda a estrutura defensiva montada durante esse período foi de fundamental importância para a configuração territorial que temos atualmente do Brasil. O triângulo defensivo montado para a foz esquerda do rio Amazonas baseado na Vila de Macapá, Vila Vistosa da Madre de Deus e Vila Nova de Mazagão foi parte integrante de um sistema bem mais amplo montado para defesa e manutenção da região em mãos lusitanas.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Marcos. *Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração*. CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE. Recife, 1992.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII – Belém, Macapá e Mazagão*. 2ª edição; Porto (Portugal): FAUP Publicações, 1998.

DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. [Tradução e revisão, Fernando de Vasconcelos Pinto]; Brasília: Ed. ALVACIORD, 1997, C1979.

FONTANA, Ricardo. *As Obras dos Engenheiros Militares Galuzzi e Sambuceti e do Arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I – A época colonial. Vol.1 – Do descobrimento à expansão territorial. 8ª ed. São Paulo: ed. Difel, 1985;

_____ *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I – A época colonial. Vol.2 Economia, administração e sociedade. 7ª ed. São Paulo: ed. Difel, 1985;

MORAIS, Paulo Dias; ROSÁRIO, Ivoneide Santos do Rosário; MORAIS, Jurandir Dias. *O Amapá na mira estrangeira: dos primórdios do lugar ao laudo suíço*. Macapá: JM Editora Gráfica, 2003.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2ª edição, São Paulo: Editora HUCITEC, 1981.

LUCENA, Veleda. *O Forte de Óbidos – uma visão arqueológica*. Recife: 1996. Tese de Doutorado em História da UFPE.

REIS, Arthur César Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966;

REIS, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil: 1500-1720*. 2ª ed. rev. e ampl., São Paulo: PINI, 2000.

ARTIGOS

ALBUQUERQUE, Marcos. “Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração” in *CLIO*, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE. Recife, 1992.

DUARTE, Milena; NOGUEIRA, Rúbia. “O Povoamento do Norte do Brasil no Período Pombalino: o Caso da Vila de Mazagão” in *Portal do São Francisco/ Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco*: CEVASF, 2005.

ARTIGOS DIGITAIS

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia de Mazagão Velho. Disponível em <http://www.magmarqueologia.pro.br/MazagãoVelho.htm>, 31/08/2006.

_____ Arqueologia de Vila Vistosa da Madre de Deus. Disponível em <http://www.magmarqueologia.pro.br/VilaVistoza.htm>, 31/08/2006.

_____ Fortaleza de São José de Macapá. Disponível em <http://www.magmarqueologia.pro.br/FortalezaSaoJoseMacapa.htm>, 31/08/2006.

MATOS, J. Semedo de. *Cidade Portuguesa de Magagão: Patrimônio Mundial em 2004*. Disponível em http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_dez2004/pag_17.html , 27/08/2006.

SILVA, José Manuel Azevedo e. *Mazagão. De Marrocos para a Amazônia*. Artigo disponível no site <http://www.chsc.uc.pt/biblioteca/digital/007.htm> , 27/08/2006.

Texto disponibilizado pelo site Brasil Arqueológico - Equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - <http://www.magmarqueologia.pro.br/>

Conteúdo protegido pela lei de direitos autorais. É permitida a reprodução parcial ou total deste texto, sem alteração de seu conteúdo original, desde que seja citada a fonte e o autor.

COMO CITAR ESTA OBRA:

ANDRADE, R.N.. A defesa do Amazonas no Período Pombalino: uma visão arqueológica. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA UFRPE - HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE, 6., 2006, Recife. **Anais...** Recife: UFRPE, 2006. CD ROM.